



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

12/01/2014

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CNJ.....	3 - 5
2.2. DESEMBARGADORES.....	6
2.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	7 - 13
2.4. JUÍZES.....	14
2.5. PRESIDÊNCIA.....	15
3. JORNAL EXTRA	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	16
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. TELEJUDICIÁRIO.....	17
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	18 - 21
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	22 - 27
6.2. PRESIDÊNCIA.....	28 - 30
6.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	31 - 32
6.4. TELEJUDICIÁRIO.....	33

Juiz maranhense é a favor de intervenção federal em presídios

PÁGINA 3

Juiz Fernando Mendonça é a favor de intervenção federal em presídios

O juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP) de São Luís, disse ser favorável a uma possível intervenção federal no sistema prisional do Maranhão.

O magistrado analisa os possíveis pedidos de transferência de presos para outros Estados. Ele é favorável à medida e diz que "é preciso uma intervenção plena federal, com gestores prisionais mais capacitados, para que seja pensada e desenvolvida aqui uma experiência nova que possa ser replicada em outro Estado".

Ele apontou, também, a necessidade da contratação de servidores, bem como a capacitação destes profissionais, e a adoção de medidas que garantam a ressocialização dos detentos.

De acordo com Mendonça, o Maranhão deveria ter condições de desenvolver um dos melhores projetos de execuções penais por possuir a menor população carcerária do país. Ele disse não ser contra a transferência de detentos para outros Estados, mas não acredita que a medida terá efeito significativo.

A expansão do papel das Ouvidorias Judiciárias

PAULO VELTEN

Protagonista na consolidação do Estado Democrático de Direito, o Poder Judiciário vê-se constantemente desafiado a dar solução ágil e eficiente aos conflitos de interesse que lhe são submetidos. Esse desafio se transforma em angústia diante do crescente aumento da demanda da sociedade por justiça.

Segundo o último relatório "Justiça em Números", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente são mais de 92 milhões de processos em tramitação nas diversas instâncias e órgãos do Judiciário. Uma média de aproximadamente um processo para cada três brasileiros.

Embora se tenha experimentado uma considerável melhoria na produtividade de juízes e servidores, o número de casos novos não para de crescer. O resultado é a elevação anual do estoque de processos pendentes. No ano passado, o aumento do estoque foi de 2,6%. No quadriênio, 8,9%.

Esse aumento gradativo da demanda e do estoque de processos gera severos impactos na administração da Justiça, colocando em xeque a capacidade do Judiciário entregar a prestação jurisdicional com eficiência e qualidade sem a debilidade dos padrões de independência, imparcialidade, credibilidade e integridade moral que norteiam a atividade judicante.

A introdução de técnicas de governança, gerenciamento segundo metas e indicadores, mensuração de desempenho, planejamento estratégico, processo eletrônico e competência concorrente dos órgãos de controle e correção (Corregedorias locais e CNJ) constituem importantes ferramentas para o aggiornamento do Poder Judiciário aos novos tempos. Não há dúvidas a respeito disso.

Mas todo esse arsenal de técnicas e métodos de gestão e controle não será suficiente se o Poder Judiciário, enquanto instituição republicana, não abrir um canal de comunicação direta com os destinatários dos seus serviços. Se o serviço é público, o cidadão deve dele participar, apontando falhas e sugestões aptas a aprimorá-lo. E todos nós, juízes e servidores, devemos receber essa nova realidade sem melindres e indisposições, mas como algo natural e fundamental para a constante legitimação do Poder. Afinal, sem efetiva participação popular não existem democracia e cidadania.

É nesse contexto de aprofundamento democrático do Judiciário que o CNJ, por meio da Resolução nº 103, de 24 de fevereiro de 2010, determinou a criação de Ouvidorias no âmbito dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais e dos Tribunais de Justiça dos Estados, atribuindo-lhes competência para, entre outras atividades, prestar informações e esclarecimentos à população, receber sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades do respectivo tribunal; promover a apuração das reclamações acerca de deficiências na prestação dos serviços, abusos e erros cometidos por servidores e magistrados; e sugerir a adoção de medidas administrativas tendentes à melhoria e ao aperfeiçoamento

das atividades desenvolvidas.

No âmbito do Judiciário Estadual maranhense, a Ouvidoria foi criada pela Resolução nº 20 de 6 de maio de 2010 do Tribunal de Justiça, ato que também regulamenta o funcionamento do órgão, ressaltando a importância de integração com as demais ouvidorias judiciais com vistas ao adequado atendimento das demandas da sociedade por serviços qualitativos.

Apesar do pouco tempo de funcionamento, as Ouvidorias do Judiciário já se apresentam como importantes ferramentas de aperfeiçoamento da atividade jurisdicional e podem ter o seu papel engrandecido a partir da conscientização de todos, em especial dos servidores e da magistratura verdadeiramente comprometidos com a consolidação do regime democrático.

Isso foi o que se viu e ouviu no I Simpósio Nacional de Ouvidorias Judiciárias, promovido pelo CNJ e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no início de dezembro próximo passado, em Brasília.

Com o tema "Ouvidorias e Cidadania", o evento teve por objetivo a promoção e troca de informações e experiências entre as ouvidorias judiciárias de todo o país, buscando com essa integração um aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Participaram como conferencistas ministros do STJ, conselheiros do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), além do ouvidor-geral da União. Todos foram unânimes em sinalizar para a expansão das funções das Ouvidorias a partir das seguintes ideias-força:

(I) as Ouvidorias devem exercer função de destaque na garantia do direito de acesso à informação previsto na Lei nº 12.527/2011 (como hoje faz a Ouvidoria do CNJ). Para tanto, devem atender e orientar o público, esclarecendo-o sobre a tramitação de documentos e protocolizando requerimentos de acesso à informação. Para cumprir essa função com desembaraço, as Ouvidorias devem ter acesso absoluto e instantâneo a todos os dados administrativos disponibilizados, possuindo conectividade com os demais órgãos do Poder Judiciário;

(II) as Ouvidorias não devem se limitar ao processamento de reclamações individuais. Devem ir além e contribuir com a gestão do Poder Judiciário, atuando de ofício como órgãos estratégicos na construção de políticas administrativas, identificando deficiências sistêmicas, gerando estatísticas e propondo soluções abrangentes. É nesse plano macro de intervenção que repousa a função mais nobre das Ouvidorias;

(III) as Ouvidorias devem privilegiar ao máximo a informalidade, pois o que vale é a informação que chega ao órgão e permite o controle de qualidade do serviço prestado, nos moldes dos Serviços de Atendimento ao Consumidor (SACs) organizados pela iniciativa privada. Em outras palavras, as Ouvidorias devem funcionar como uma espécie de SAC do Judiciário, já que esse Poder é essencialmente fornecedor de um serviço *sui generis*, o serviço público de prestação jurisdicional;

(IV) as Ouvidorias devem atuar por meio de recomendações, com independência e imparcialidade no

tratamento de reclamações e denúncias, atentando sempre para seu papel de órgão colaborador no aprimoramento das atividades e serviços prestados pelo Poder Judiciário;

(V) as Ouvidorias devem funcionar como um canal aberto, simplificado e desburocratizado entre a sociedade e o Judiciário. Para tanto, devem contar com uma estrutura mínima de pessoal habilitado para processar as reclamações e oferecer as respostas que o cidadão precisa de forma ágil e clara. As Ouvidorias não podem ser ilhas. Devem estar situadas em local de fácil acesso aos usuários do serviço público, preferencialmente onde a prestação jurisdicional é entregue, de modo a priorizar o contato direto e as reclamações pessoais, considerando as dificuldades das camadas de baixas renda e escolaridade e outros meios de comunicação, notadamente os eletrônicos;

(VI) as Ouvidorias devem promover a aproximação dos cidadãos com a Justiça, estimulando a participação popular na vida pública por meio de fóruns, debates e audiências públicas, transformando o dever de prestar informações em oportunidade de comunicação com a sociedade, propiciando sempre um diálogo franco e proativo, em linguagem simples e desprovida de termos técnicos, compatível com o cidadão que cobra ou critica;

(VII) as denúncias anônimas, segundo recomenda-

ção do Conselheiro Ouvidor do CNJ, devem ser processadas, pois a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Corrupção, da qual o Brasil é signatário, prevê a criação de mecanismos para assegurar a proteção e o anonimato do cidadão que denuncia a prática de corrupção em órgãos públicos. Nesse ponto, o CNJ e os Tribunais deverão promover a revisão e o ajuste de suas respectivas Resoluções aos termos da mencionada Convenção, excluindo as proibições de denúncias anônimas;

As Ouvidorias surgem no atual cenário republicano como expressão do Estado Democrático de Direito, como uma forma de exercício do poder diretamente pelo povo. Precisam ser prestigiadas e, sobretudo, incorporadas à realidade cotidiana de juízes e servidores.

Em seu discurso de posse, a nova presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, a ilustre desembargadora Cleonice Freire, ressaltou como principal meta de sua gestão a luta por um Judiciário planejado, forte, respeitado e mais próximo do cidadão. A Ouvidoria, enquanto instrumento de diálogo do Judiciário com o povo, pode ser um importante meio para o alcance desse fim. Sigamos, pois, com a expansão do papel das Ouvidorias Judiciárias, o objetivo maior estabelecido pela nossa líder.

.....
Desembargador Ouvidor da Justiça do Estado

Editoria de Arte



Vídeo I

É no mínimo questionável a postura do agente penitenciário César Bombeiro, que atua na direção do sindicato da categoria, diante dos últimos episódios da crise no sistema prisional.

Foi Bombeiro quem repassou ao juiz do CNJ, Douglas Martins, o vídeo de um homem com a perna dilacerada, como sendo um detento de Pedrinhas. Era uma fraude.

Militante político, César Bombeiro é ligado ao comunista Flávio Dino (PCdoB).

Vídeo II

Outro fato chocante envolvendo sindicalistas: a divulgação, pelo jornal Folha de S. Paulo, de um vídeo mostrando presos decapitados em Pedrinhas.

O vídeo foi feito pelos próprios detentos, mas foi passado ao jornal pelo Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Maranhão, segundo informou o jornal.

Dedução lógica: como o vídeo foi feito por detentos, o fato de terem usado o sindicato como intermediário revela um concubinato criminoso entre detentos e agentes públicos.

Menos barriga

Na próxima semana, quando chegar ao Tribunal de Justiça do Estado, do qual foi presidente até dezembro de 2013, o desembargador Antônio Guerreiro poderá não ser reconhecido pelos funcionários e colegas.

Motivo: ele vem de submeter-se a uma cirurgia bariátrica, para livrar-se do excesso de peso que já prejudicava até sua mobilidade.

A intervenção cirúrgica, aliás, bem-sucedida, feita no Hospital São Domingos, foi realizada pela equipe do competente médico José Valadão.

Chefes do Bonde dos 40 e do PCM estão em cárcere

Allan Kardec Mota foi preso por ordenar ataques em São Luís; *Saddam* está em presídio federal em Rondônia por liderar rebelião em Pinheiro em 2011. **Polícia 10**

Chefes de facções criminosas que atuam em São Luís já estão presos

Allan Kardec, líder da facção do Bonde dos 40, foi preso quinta-feira (9) e Moisés Magno Soares Rodrigues, o *Saddam*, criador do PCM, que liderou rebelião sangrenta em Pinheiro, cumpre pena no presídio federal de Rondônia desde 2011

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

Os chefes das principais facções criminosas que atuam na Região Metropolitana de São Luís, intituladas Bonde dos 40 e Primeiro Comando do Maranhão (PCM), já estão atrás das grades. Um ficou conhecido esta semana e foi localizado no estado do Pará, de onde também deu ordens para que seus "soldados" incendiassem ônibus e crivassem de bala prédios de delegacias, na capital. O outro circula em presídios federais de segurança máxima pelo país, desde fevereiro de 2011, quando comandou de dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas a sangrenta rebelião na 5ª Delegacia Regional de Pinheiro.

Allan Kardec Dias Mota, de 27 anos, segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP), é aquele que no mundo do crime é denominado de "Torre" da gangue Bonde dos 40. Apontado como autor de pelo menos 20 assassinatos na capital maranhense, a maioria deles na área Itaqui-Bacanga, onde se criou na bandidagem, o quadrilheiro é filho de um sargento da Polícia Militar do Estado. Ele foi surpreendido quinta-feira (9), pela Polícia Civil do Maranhão, no terminal rodoviário da cidade de Santa Maria do Pará. O secretário Aluisio Mendes considerou sua prisão como uma das mais importantes dos últimos anos.

"O sistema de Segurança

Pública do Estado tinha Allan Kardec como principal alvo, pois foi ele quem idealizou e criou essa facção criminosa que protagonizou, nos últimos dias, esses ataques incendiários contra coletivos e delegacias de polícia, na região metropolitana. Para se ter ideia do grau de periculosidade desse bandido, digo que ele tem o mesmo perfil sanguinário de *Fernandinho Beira-Mar*, e não é exagero. Em breve, vamos divulgar um material de investigação [escutas], no qual Allan Kardec aparece ordenando e acompanhando a execução de um desafio, como fez o traficante carioca", disse Mendes.

Para atualizar a memória do leitor, na associação do criminoso aos seus crimes, O Estado resgata o assassinato da menina Thalita Manuele Serra Dourado, de 4 anos, em setembro de 2012, na Vila Bacanga. A criança foi morta no quarto da casa da família, por bandidos armados que subiram no telhado do imóvel e atiraram para baixo, na intenção de acertar o pai da vítima, Dejailton Serra Dourado, conhecido como Dejá, de 26 anos, que, segundo o Serviço de Inteligência da Polícia Militar tinha dívidas com traficantes. A ordem para matar o devedor, segundo as investigações, partiu de Allan Kardec.

PCM - No comando da organização criminosa rival, intitulada Primeiro Comando do Maranhão (PCM), a polícia maranhense, sem dúvida, não se es-

quece do pinheirense Moisés Magno Soares Rodrigues, mais conhecido como *Saddam*, de 36 anos. Atualmente, segundo informações obtidas com o Tribunal de Justiça do Maranhão, o quadrilheiro está sob a custódia do Presídio Federal de Segurança Máxima da cidade de Porto Velho, no estado de Rondônia, mas quando foi transferido de São Luís, sua primeira parada foi a unidade federal da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

A transferência aconteceu em fevereiro de 2011, quando *Saddam* embarcou em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) com outros 40 detentos da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) de Pedrinhas. Na época, o nome do criminoso apareceu em grampos telefônicos, autorizados pela Justiça do Maranhão, como o mandante da rebelião que matou seis presos, quatro deles decapitados, na carceragem da 5ª Delegacia Regional de Pinheiro, cidade onde nasceu. A ordem da sangria foi executada pelo preso José Ramiro Moreira Araújo, o *Ramiro*, que na época tinha apenas 18 anos.

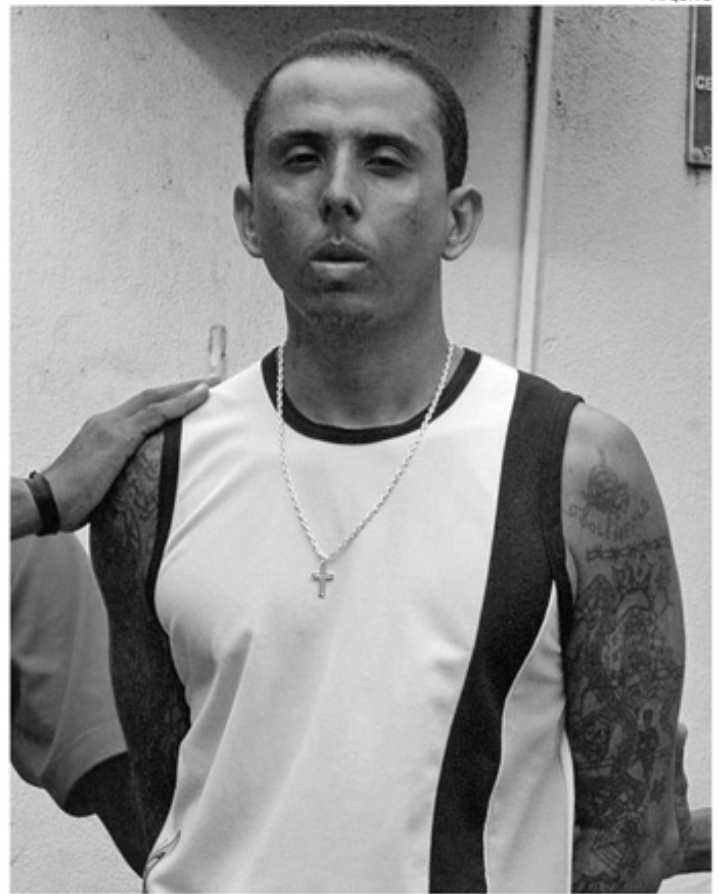
Lavrador - Um dos mortos na rebelião foi o lavrador José Agostinho Bispo Pereira, de 55 anos, que ficou conhecido internacionalmente como o *Monstro de Pinheiro*, condenado a 63 anos de prisão por ter abusado sexualmente de suas filhas, a mais nova delas por mais de 16 anos, e ter tido oito

filhos com elas. Além do motim, apenas outro crime foi atribuído a *Saddam*, que, conforme a polícia, apesar da liderança que tinha, sempre agia nos bastidores de seus próprios crimes. Em 2009, ele matou a golpes de chumbo, na Casa de Detenção (Cadet), o também detento Luis Augusto Costa Muniz, o *Negão*, de 34 anos.

Mesmo com o seu "Torre" preso, longe de São Luís, o PCM protagonizou recentemente uma série de ações criminosas, entre as quais dois confrontos com a rival Bonde dos 40, um na madrugada do dia 1º e outro na noite do dia 9 de outubro de 2013, quando 15 presos de Pedrinhas foram chacinados. A guerra nas carceragens também teve reflexo do lado de fora e pelo menos dois ônibus foram incendiados, um na entrada do bairro Maracanã e outro no São Cristóvão. Assim como ocorreu no início deste mês, alguns prédios de delegacias foram alvejados à bala por membros da facção criminosa.



Allan Kardec Dias é um dos fundadores da facção Bonde dos 40



Moisés Magno, o *Saddam*, criador do PCM, preso em Rondônia

Envolvidos nos atentados já estão encarcerados

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), coordena o inquérito policial que apura e estuda os líderes subsequentes de ambas as facções criminosas, bem como suas atuações, em São Luís. As investigações, segundo revelou o próprio secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, já foram parcialmente concluídas, e deve ajudar a Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) a definir a lista oficial com os nomes dos 25 detentos de Pedrinhas que deverão ser transferidos nos próximos dias para presídios federais.

A Polícia Militar, por meio do Serviço de Inteligência do Comando Geral, também já contribuiu e foi responsável pela maioria das prisões de mandantes e executores dos ataques a ônibus e delegacias, na capital. Ao todo, 14

adultos foram presos e cinco adolescentes apreendidos.

Jorge Henrique Amorim Martins, conhecido como *Dragão*, de 21 anos; Hilton John Alves Araújo, o *Praguinha*, de 27 anos; Wilderley Moraes, o *Paikan*, de 25 anos; Diego da Silva do Carmo, o *Mocozinho*, de 20 anos; Francisco Antônio Lobato Junior, o *Fraza*, de 26 anos; Rogenilson Boaventura Brito, o *Pelado*, de 22 anos; Luís Gustavo do Nascimento, o *Melônio* ou *Gustavo*, de 18 anos; Ismael Caldas de Sousa, o *Pirinha*, de 25 anos; Bruno Aírton Carneiro, de 19 anos; Larravardiere Silva Rodrigues de Sousa Júnior, o *Júnior Preto*, de 31 anos; Julian Jefferson Sousa da Silva, de 21 anos; Sansão dos Santos Sales, de 19 anos; Robenilson Carlos da Silva Martins, o *Bocão*, de 23 anos, e Ítalo Santos Costa, de 21 anos, este último liberado por estar fora do flagrante.

Mais

Em companhia de Allan Kardec foram presos no Pará outros dois integrantes do Bonde dos 40, também considerados de extrema periculosidade. Giheliton de Jesus Santos Silva, conhecido como Gil, de 27 anos, denominado na facção criminosa de "o palavra-final", ou seja, aquele que dá a última ordem de atacar ou matar, e José Bonifácio Lemos da Silva, o Júnior, de 26 anos, que dava guarida aos membros da quadrilha, em uma casa na cidade de São Miguel do Guamá-PA, sempre que os cúmplices precisavam passar uma temporada longe do Maranhão.

SISTEMA PRISIONAL

Medidas preveem gastos de R\$ 131 milhões em presídios

Obras de ampliação do número de vagas no sistema carcerário e construção e reforma de unidades prisionais em São Luís e no interior do Maranhão estão em andamento, segundo relatório do Governo do Estado encaminhado ao MPF. **Geral 8**

Geraldo Furtado



A governadora Roseana Sarney (c) vem contando com o apoio da presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Cleonice Freire, e do presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo (PMDB)

Medidas preveem R\$ 131 milhões para melhorar o Sistema Carcerário

O total de recursos viabilizados pelo Governo do Estado para essas providências ultrapassa os R\$ 131 milhões e as obras já estão em execução ou em fase de contratação; informações constam em relatório encaminhado ao Ministério Público Federal

Os problemas carcerários do Maranhão resultaram na criação do Comitê de Ações Integradas, criado pelo governo estadual em parceria com o Governo Federal e composto por integrantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, cuja primeira reunião foi realizada na sexta-feira (10). Além do Comitê, que já anunciou 11 medidas em prol da Segurança Pública no estado, o Governo do Maranhão, desde o início da atual gestão, vem adotando uma série de providências para o reaparelhamento de todas as unidades prisionais do estado e a construção de unidades regionais para descentralizar o serviço e oferecer aos detentos o cumprimento da pena mais perto dos familiares.

O total de recursos viabilizados pelo Governo do Estado para essas providências ultrapassa os R\$ 131 milhões, e as obras já estão em execução ou em fase de contratação.

Em relatório encaminhado ao Ministério Público Federal (MPF), o governo apresentou o detalhamento dessas ações. Entre as providências que constam do documento está o relatório de obras em andamento para a ampliação do número de vagas no sistema carcerário, com a situação de cada unidade em reforma e em construção, na capital e no interior do estado. Também estão detalhadas informações sobre o reaparelhamento de todas as unidades prisionais do Maranhão e todos os investimentos que foram realizados antes e após ter sido decretada situação de emergência em outubro do ano passado.

Estão incluídas nas obras a construção dos presídios de Pi-

nheiro, Brejo, Santa Inês, Timon, Riachão, Coroatá, São Luiz Gonzaga e Imperatriz, além do presídio de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), em São Luís. A reforma e ampliação contemplam estabelecimentos penais de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó. O Centro de Detenção de Pedrinhas (Cadet) está sendo finalizado.

Reaparelhamento - Novos equipamentos, como esteira de raio-x, rádios transceptores móveis, coletes balísticos e algemas metálicas portais e banquetas detectores de metais, além de armamentos, a exemplo de fuzil, carabina, espingardas e pistolas, estão sendo adquiridos para reforço no trabalho dos agentes.

Os investimentos governamentais não são de hoje. Nos últimos anos, o governo entregou Unidades Prisionais de Ressocialização (UPR), caso de Santa Inês, Davinópolis, Açailândia, Chapadinha e Bacabal, além do anexo da UPR de Imperatriz e instalação no bairro Monte Castelo, em São Luís, espaço que abriga detentos de regime semiaberto. Elas reforçam o serviço já prestado pelas unidades regionais de custódia de Timon, Pedreiras, Imperatriz e Caxias.

O aumento no número de vagas, de acordo com a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), é de cerca de 15%. A informação sobre a transferência de agentes penitenciários não procede e não há registro de procedimento administrativo do tipo na secretaria.

Ações de ressocialização são desenvolvidas no MA

Para trabalhar a ressocialização dentro dos presídios, a Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) desenvolve uma série de ações nas áreas de saúde, educação, religião, social, psicológica e outras, dentro do que prevê a Lei de Execução Penal (LEP). O objetivo é a reinserção dos presos no meio social após passar por período de encarceramento.

"São atividades que ajudam a melhorar a convivência nos presídios. Além de garantir profissionalização em oficinas, oferece ludicidade com pintura e também religião e trabalho com horticultura", informou o secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa.

O secretário destacou a importância do trabalho conjunto com órgãos de Justiça e Direitos Humanos para os bons resultados obtidos no setor. "Em virtude das parcerias com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, além de outros órgãos e também empresas, é que os trabalhos de reintegração social acontecem", ressaltou o secretário.

De acordo com a Coordenação de Trabalho e Renda da Sejap, foram oferecidos 42 cursos de capacitação no ano passado, com 900 detentos beneficiados. Em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai),

foram oferecidos cursos como eletricista, bombeiro elétrico, pedreiro, carpinteiro, marceneiro, auxiliar de escritório, corte, panificação, costura, cozinha e cabeleireira, entre outros.

"Para participar, os encarcerados passam por uma triagem. A coordenação da área traça um perfil e faz a indicação dos presos que participarão de cada atividade", explicou o secretário adjunto de Justiça, Kécio Rabelo.

Capacitação - Dentro desse trabalho, há ainda o Programa de Capacitação (Procap), que gerou emprego a cerca de 200 internos em 2013. Já no Presídio Feminino, foram realizados cursos como Corte e Costura, Cozinha e Cabeleireira. De acordo com a Sejap, cerca de 80 internas foram contempladas, sendo que algumas delas abriram seus negócios.

Outra ação bem-sucedida é o projeto Raiar da Liberdade, que tem como parceiras empresas privadas e utiliza a mão de obra dos detentos na montagem de bicicletas. Dentro da iniciativa, mais de 40 internos do Presídio São Luís conseguiram garantir uma oportunidade de ter trabalho e renda. O programa também beneficia internos de unidades carcerárias de Imperatriz. No município, mais de 60 internos já trabalhavam como montadores de bicicletas.

Medidas anunciadas

Os governos do Estado e Federal realizarão uma série de medidas em prol da Segurança Pública no Maranhão. São elas:

1. Criação do Comitê de Ações Integradas

Será composto pelos três poderes do Estado do Maranhão - Poder Executivo, Legislativo e Judiciário - e também pelas Polícias Civil e Militar, o Ministério Público do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), entre outros, com o objetivo de integrar as ações de todos os órgãos. A governadora Roseana Sarney será a presidente do Comitê.

2. Remoção de Presos

O Ministério Justiça já ofereceu ao Governo do Maranhão vagas em presídios federais de Segurança Máxima para receber presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. A remoção deverá acontecer em breve.

3. Mutirão das Defensorias Públicas

A ação vai reunir defensores públicos do Maranhão e Federal - e poderá contar com auxílio de defensorias de outros estados também - para analisar caso a caso, verificando as penas e se o apenado tem direito à progressão. Com isso, pretende-se respeitar o direito dos presos e corrigir possíveis irregularidades, como pessoas presas além do tempo estipulado na pena. Além disso, o mutirão deve contar com juizes e promotores para o trabalho seja o mais célere possível.

4. Auxílio da Força Nacional

A Força Nacional já está no Maranhão e deve continuar no estado até o fim de fevereiro, a medida visa dar apoio ao sis-

tema prisional maranhense.

5. Plano de Ação Integrada de Inteligência e Segurança Nacional

O plano vai criar procedimentos internos nos presídios, e a inteligência prisional vai detectar as infrações existentes nos locais, com a existência de celulares e televisões. O plano é integrado para que as ações de segurança do Maranhão sejam discutidas em conjunto.

6. Construção de Unidades Prisionais

O Governo do Maranhão já tem em fase de conclusão várias unidades prisionais, como a de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas), e a reforma e ampliação das unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas). Com isso, será possível pôr em prática um plano de realocação prisional, evitando conflitos entre os internos.

7. Núcleo para famílias

O núcleo de atendimento para as famílias dos presos vai ser criado com o objetivo de fornecer serviços relacionados ao sistema prisional e informações gerais, garantindo mais conforto no atendimento aos parentes de presos.

8. Saúde Prisional

Ações de ressocialização

Horta e pintura

A Coordenação de Laborterapia incentiva o lado lúdico dos detentos, com cursos de pintura e artesanato. As peças produzidas são comercializadas em feiras e também em um estande montado na sede da Sejap.

Os detentos maranhenses também são incentivados a plantar o próprio alimento nas hortas. Dentro dos projetos de Laborterapia realizados em São Luís, Imperatriz, Bacabal, Caxias, Timon, Codó e Pedreiras, são cultivadas hortaliças com alface, tomate, pepino, salsa e coentro, entre outros.

Saúde

No ano passado, foi firmado o convênio da Sejap com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) para a edificação de unidade Materno-Infantil no presídio feminino. Também foi firmada parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SES) para oferecer atendimento odontológico e clínico por meio da Unidade Móvel de Saúde nos estabelecimentos penais.

Outra ação na área de saúde, com apoio da SES, foi a de distribuição de preservativos e entrega de material educativo a detentos e familiares destes no dia 1º de dezembro, data que foi instituída como o Dia Internacional de Combate à Aids. No total, mais de 180 encarcerados são atendidos,

O setor de saúde prisional terá verbas destinadas para que os presos tenham atendimento de médicos e enfermeiros. O ministro Cardozo ressaltou que o ministério vai ajustar o plano de saúde para que o preso do Maranhão tenha acesso a esse serviço.

9. Capacitação

As forças policiais terão apoio para capacitação, de forma a desenvolver um plano de atendimento.

10. Penas alternativas

Outra ação que deve ser desenvolvida por meio da parceria entre os governos federal e o estadual é a implantação de alternativas penais, como a revisão de penas alternativas e monitoramento eletrônico.

11. Integração do Ministério Público e Poder Judiciário

A Secretaria de Reforma do Poder Judiciário, do Ministério da Justiça, e o Departamento de Penitenciária Nacional, em conjunto com o governo do Maranhão, proporão ao Poder Judiciário e ao Ministério Público uma reunião conjunta. Logo após definidas as diretrizes do Mutirão e os prazos de realização, uma reunião com juizes e promotores, justamente, para que o trabalho do Mutirão seja absorvido com rapidez com relação ao que for detectado.

diariamente, em todas as unidades prisionais do Maranhão. Só no Núcleo de Atenção à Saúde da Penitenciária de Pedrinhas, mais de 50 presos são recebidos, todos os dias, nos mais variados setores de saúde disponíveis.

Educação

No âmbito da educação a Sejap instalou a Escola de Gestão Penitenciária, unidade que oferece capacitação profissional para os servidores prisionais do Maranhão. A Escola já celebrou convênio com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), a Sejap elaborou o Plano de Educação Estadual nas Prisões. A ação beneficia 351 apenados. Os dois órgãos elaboraram projeto político pedagógico da Unidade Escolar João Sobreira de Lima, localizada na Penitenciária de Pedrinhas. O documento detalha as diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola.

Na área das assistências religiosas, são celebrados cultos em que o detento entra em contato com os ensinamentos bíblicos e a palavra de Deus. No campo social, a emissão de documentos, avaliações psicológicas e outros trabalhos realizados pela Sejap no intuito de fortalecer essa política de reintegração social do detento.



Unidades prisionais do Estado, como o Centro de Detenção, ganharão novos equipamentos em breve



Detentos são vacinados na própria unidade prisional; mais de 180 apenados são atendidos diariamente



Detentos são ressocializados por meio de oficinas de pintura



Hortas cultivadas por detentos em presídio no interior do estado em ação de ressocialização

Supremocracia ou excesso de judicialização

AURELIANO NETO

No mundo jurídico, que, infelizmente, não alcança todos os mortais, trava-se um debate necessário em torno da atuação do Supremo Tribunal Federal. Ora imputada de ativismo jurídico, ora de prática de judicialização excessiva, ou de interferência em área de competência dos outros poderes da República. As correntes de pensamento se digladiam. Não há um consenso. A grande mídia aplaude e eleva o ministro presidente do STF, assim como fez com a ministra Eliana Calmon, a pretensão candidato à presidência da República, até porque pode desincompatibilizar-se até seis meses antes da eleição, por ser magistrado, e assim filiar-se a um partido político, candidatando-se (Leis nºs 9.096, de 19.9.95, artigos 18 e 20; e 9.504, de 30.9.97, artigo 9º).

Independentemente de qualquer julgamento, inclusive a ação de inconstitucionalidade proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, que objetiva a declaração de inconstitucionalidade do financiamento de campanhas eleitorais por empresas, em apreciação pelo STF, a indagação é esta, ao mesmo tempo simples e complexa: o Supremo tem se excedido na sua função de guardião da Constituição Federal, ao interpretar a Carta, dizendo o direito de acordo com as normas e princípios nela contidos? Nem sim, nem não.

Parto de uma máxima principiológica que foi muito difundida e recentemente repetida pelo ministro Joaquim Barbosa, do seguinte teor: "A Constituição é o que o Supremo diz que ela é." Mais uma vez, vou a Machado de Assis: - A verdade é essa, sem ser bem essa. Em seguida, em amparo aos argumentos que se seguirão, louvo-me de um excelente texto do prof. José Levi Mello do Amaral Júnior, publicado no site Consultor Jurídico, em 6 de outubro de 2013, intitulado de A Constituição do povo e sua afirmação popular. De logo, deve ser esclarecido que essa expressão, de viés autoritário, foi uma frase proferida pelo Chief Justice Charles Evans Hughes, assim conhecida: "A Constituição significa o que o Supremo Tribunal Federal diz que ela significa", ou "A Constituição é o que o Supremo diz que ela é."

No texto do professor Levi Mello, fica evidenciado

que essa frase, elevada a um princípio, é discutível, sobretudo num regime democrático de governo, já que "todo poder emana do povo, que o exerce por meio dos seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos (da Constituição Federal, artigo 1.º, § único, CF)". Disso decorre que a concentração do poder nas mãos de uma só pessoa ou de apenas um órgão não é a melhor solução, e nunca o foi, para o regime democrático, que contempla, na sua formação, o Estado de Direito, assentado no império da lei, e o Estado Democrático, firmado na soberania popular. Trilhando essa reflexão, conclui o professor que "quando, em uma democracia, a Constituição é retirada do povo, sonhada ao povo, como se ela não fosse dele (povo), só resta a nós, cidadãos destituídos da nossa Constituição, fazer análise (constitucional) para, talvez, convencer-nos do impensável: a Constituição não é nossa, mas de alguns poucos em quem sequer votamos. O perigo é alguém acabar convencido da inexistência do parágrafo único do artigo 1.º da Constituição ou de que ele não consta a fórmula 'representantes eleitos'". Verdade essa perigosa, porquanto o agigantamento de um poderes, seja o Legislativo, ou o Executivo e o Judiciário, pode gerar desequilíbrio de forças e propiciar práticas de arbítrio, que nada tenham a ver com interpretação da norma e aplicação do direito.

O instigante Lenio Luiz Streck, corajosamente, não num sentido quixotesco do termo, tem se manifestado contra algumas posições adotadas pelo STF e, especificamente, alguns ministros dessa Corte. Em recentíssimo texto, "O realismo ou quando tudo pode ser inconstitucional", esse jurista, sempre inquieto e intelectualmente firme nas suas posições, tem combatido os excessos patrocinados pelo Supremo. A crítica envolve o julgamento da ação de inconstitucionalidade que trata do financiamento de campanhas políticas por pessoas jurídicas. No voto do ministro Luis Roberto Barroso, acolhendo o pleito da demanda constitucional, é dito: "Em tese, não considero inconstitucional em toda e qualquer hipótese a doação (a campanhas eleitorais) por empresa." Mas, ainda assim, votou pela inconstitucionalidade. Ora, vem a crítica procedente: se não é inconstitucional, por que votou pela inconstitucionalidade? Ora, conclui-se: o STF, sob a justificativa de ocupar o espaço do Legislativo, não pode se tornar em um legislador positivo, ditando normas, sob o rótulo de que está interpretando a Constituição. Essa não é a sua função. Os seus membros não foram eleitos para isso.

O jurista José Joaquim Gomes Canotilho, em entrevista a órgãos de imprensa, fez a seguinte afirmação sobre o Supremo: "O tribunal brasileiro é dos tribunais com mais poderes no mundo."

Pode-se, no exame desse tema, recorrer ao que dis-

se o juiz Gervásio Santos, presidente da AMMA, embora enfocando outra situação: "Juizes não são justiceiros. Não devem agir para satisfazer espírito de vingança, individual ou coletivo. Não é sua função acusar ou defender quem quer quem seja, nem tampouco é seu papel combater a criminalidade nas ruas. A tarefa que lhes destinada pela ordem constitucional é a de julgar com uma visão plural, de modo a contribuir, em última análise, para o bem comum." (In: Os Juizes não são Justiceiros, são Juizes). Conclusão: o STF não pode ser um tribunal a se arvorar em disseminar regras éticas, até porque, como afirma, Streck, "as questões (in)constitucionais não estão à disposição do STF", isto é, ao seu alvedrio, dependendo da circunstância política do momento. A sua específica função de guardião da Constituição é defendê-la, dizendo o direito, declarando ou não a constitucionalidade ou inconstitucionalidade, tendo como parâmetro as normas da Carta da República. Ainda como ensina o ministro Roberto Barroso, e creio que ele deve seguir essa sua lição, "o juiz, em primeiro lugar, interpreta o Direito. Isso significa que os limites de sua atuação são os princípios e regras em vigor, materializados em normas jurídicas, criadas pelo constituinte, pelo legislador ou colhidas em valores compartilhados pela comunidade política". E ele mesmo conclui: "Juizes não criam norma do nada." É bom saber que há um ministro no STF que pensa assim.

Membro da Academia Imperatrizense de Letras e juiz de Direito em São Luís - MA
E-mail: aureliano_netto@zipmail.com.br

Sintonia

Tem sido de entendimento e cooperação, dentro das possibilidades institucionais, a relação do Poder Executivo e o Poder Judiciário.

A governadora Roseana Sarney e a desembargadora-presidente Cleonice Freire têm conversado muito sobre o caso.

O diálogo deve ser mantido, segundo uma fonte privilegiada do Judiciário.

Juiz é a favor de intervenção federal em presídios

O juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP) de São Luís, disse ser favorável a uma possível intervenção federal no sistema prisional do Maranhão.

O magistrado analisa os possíveis pedidos de transferência de presos para outros

Estados. Ele é favorável à medida e diz que “é preciso uma intervenção plena federal, com gestores prisionais mais capacitados, para que seja pensada e desenvolvida aqui uma experiência nova que possa ser replicada em outro Estado”.

Ele apontou, também, a necessidade da contratação de servidores, bem como a capacitação destes profissionais, e a adoção de medidas que garantam a ressocialização dos detentos.

De acordo com Mendonça, o Maranhão deveria ter

condições de desenvolver um dos melhores projetos de execuções penais por possuir a menor população carcerária do país. Ele disse não ser contra a transferência de detentos para outros Estados, mas não acredita que a medida terá efeito significativo.

Telejudiciário registra mais de 34 mil atendimentos

O Telejudiciário - serviço gratuito do Tribunal de Justiça do Maranhão, que atende pelo número 0800 707 1581 - fez 34.359 atendimentos no ano de 2013. Nos últimos 12 meses, o serviço foi acionado por mais de 28 mil pessoas interessadas em informações sobre o Poder Judiciário, além de consultas às movimentações processuais, plantões, casamentos comunitários, correições, sessões do tribunal do júri, agendamento de audiências de conciliação e outras 42 opções disponíveis.

A central recebe ainda reclamações, denúncias e solicitações sobre a conduta de servidores, juízes e serventuários e ações do Poder Judiciário, como também sugestões e críticas para melhoria das atividades jurisdicionais. As demandas são encaminhadas à Ouvidoria e aos setores responsáveis que averiguam as questões apresentadas.

Para os servidores do Tribunal, são oferecidos serviços



Nos últimos 12 meses, o serviço foi acionado por mais de 28 mil pessoas

de consulta de processos administrativos, formulários padrão de requerimento, registro de senha provisória para acesso ao Portal do Servidor e informações sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos, direitos e deveres e alterações no boletim financeiro.

TECNOLOGIA-O serviço utiliza tecnologia moderna e é

gerenciado pelo sistema ATENDE que, agiliza o atendimento. Uma equipe de 17 atendentes, um supervisor e três auxiliares se revezam para não interromper o funcionamento do setor.

"Trabalhamos com muito empenho e dedicação, sempre buscando aprimorar a nossa prestação de serviço, oferecendo atendimento de qualida-

de junto à comunidade", afirma o chefe da Divisão do Telejudiciário, Fábio Martins.

Além do número 0800 707 1581, os usuários podem acionar o serviço gratuitamente através da Central Telefônica do TJMA pelo (98) 3198-4300, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 18:00h, de forma ininterrupta.

Como os parlamentares agiram

POLÍTICA 2

O comportamento político em meio à crise

Bom senso ou oportunismo político. O que pensam e o que fizeram nossos parlamentares em meio à crise dentro e fora de Pedrinhas. Algumas posturas foram criticadas, por conta de alguns que aproveitaram os momentos de crise e comoção popular para ganhar holofotes

MARCUS SALDANHA

É atribuída ao ex-presidente norte-americano John Kennedy, morto em um atentado nunca totalmente esclarecido, uma frase intrigante sobre crise. "Quando escrito em chinês a palavra crise compõe-se de dois caracteres: um representa perigo e o outro representa oportunidade", disse ele. A frase cai com uma luva para refletir a crise que se instalou no Maranhão dentro e fora do Complexo Penitenciário de Pedrinhas nos últimos dias e o comportamento dos parlamentares e pré-candidatos em relação ao tema.

O **Imparcial** conversou com alguns deles para tentar compreender, através do que pensam e o que fizeram em relação ao ocorrido, qual o perigo real da crise para o governo e em qual sentido ela pode significar oportunidade para quem almeja um cargo público ou reeleição em 2014. Por um lado, governistas apontam a oposição de politizar os episódios e tentar tirar proveito da situação, por outro, a oposição responsabiliza

o governo estadual e defende a intervenção federal, o que significaria uma derrota política ao grupo governista, ficando evidente o interesse partidário nessa situação de crise.

Enquanto a Câmara Municipal de São Luís optou pelo silêncio até agora, assim como a maioria dos vereadores. Em nenhum momento o presidente do Legislativo divulgou alguma nota ou alguma Comissão se reuniu para discutir o assunto, mostrando o distanciamento destes parlamentares do que vem acontecendo recentemente.

Alguns deputados estaduais e federais, seja através de entrevistas, notas oficiais ou postagens em redes sociais, mesmo em recesso, pronunciaram-se em relação aos fatos, o que acabou gerando um outro debate: aqueles que se mobilizaram de alguma forma ou expressaram seu posicionamento agiram com bom senso ou com oportunismo político?



Tem determinadas ações que você vislumbra o oportunismo, visualiza principalmente o político-partidário. Mas, no momento de necessidade, tem pessoas que são omissas e outras que contribuem

Carlos Wellington,
justificando sua participação



Roberto Costa e Léo Cunha cumpriram seus papéis ao visitarem o Complexo de Pedrinhas, através do trabalho da Comissão de Segurança

O que pensam e o que fizeram

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Arnaldo Melo (PMDB), reafirmou seu total e irrestrito apoio a todas as ações que estão sendo adotadas pelo governo do estado para o imediato restabelecimento da segurança no Maranhão, bem como à reestruturação do sistema prisional. Além disso, ele participou da reunião com o ministro da Justiça que visitou o estado nesta semana.

Efetivamente, o chefe do Legislativo estadual não falou de nenhum projeto a ser votado pela Casa em caráter de urgência por esses dias ou na volta do parlamento do recesso. Limitou-se a se solidarizar com as famílias da vítima e tranquilizar a população em razão das ações do governo estadual.

A deputada e pré-candidata ao governo do estado Eliziane Gama (PPS), por exemplo, convocou uma reunião extraordinária para a última sexta-feira (10), ouviu familiares das vítimas dos atentados e visitou o Complexo Penitenciário de Pedrinhas para avaliar as mudanças desde a última visita da comissão em outubro.

A deputada que responsabiliza o executivo estadual pelos últimos fatos, afirmou que a Comissão entrará com ação de indenização contra o Estado tão logo retorne do recesso parlamentar no início de fevereiro. Questionada sobre outras ações que os parlamentares poderiam executar em relação a crise no setor de Segurança Pública, Eliziane justificou que os parlamentares tem ação limitada na Assembleia: "Quando a gente pede uma CPI que tem uma força maior é sempre uma grande dificuldade por parte do bloco governista", disse.

Mas na visão do advogado, militante dos direitos humanos e também pré-candidato ao governo do Estado pelo PSOL, Luís Antônio Pedrosa é preciso primeiro enfrentar o problema da legitimidade processual para ajuizar essas ações. Segundo ele cabe agora fazer pressão para que o plano emergencial saia do papel sob pena de a matança continuar.

"Nosso papel não se confunde com o do governo, nem com o papel do Ministério Público e do Judiciário. Nosso papel é fazer as denúncias contra esse sistema, apontado internacionalmente como um dos mais violadores do mundo", diz Pedrosa, rebatendo as críticas de omissão dos representantes dos Direitos Humanos no estado e de que a oposição não tenha tido ações concretas em meio ao ocorrido. "Mantivemos contato com os familiares das vítimas e nos colocamos à disposição para a orientação jurídica, se for necessário, no entanto. Mas não podemos invadir a esfera de atribuição dos outros órgãos e instituições do estado", explica o advogado que acompanhou a inspeção em Pedrinhas juntamente com a CDHM da Assembleia e que voltará para nova vistoria esta segunda (13) junto à CDH do Senado.

Assim como a ex-colega de partido, o deputado federal Simplício Araújo que tentará a reeleição este ano, agora no Solidariedade também defende uma judicialização da questão por parte da oposição e aponta que cabe ao Executivo o papel de tomar medidas de efeito imediato para solucionar a crise: "Quem pode fazer algo de imediato é o Executivo. O legislativo não pode fazer nada que surta

efeito imediato já que nosso trabalho depende da mudança de leis. Não se pode jogar a responsabilidade em quem não pode fazer a mudança de hora para outra", explica o parlamentar, que acusa o governo estadual de tentar transferir a responsabilidade a parlamentares e principalmente a oposição.

Questões políticas

Num cenário eleitoral cada vez mais próximo e ainda com características muito polarizadas no estado entre governistas e oposição, já era de se esperar que houvesse de fato uma politização do grave problema de segurança pública no Estado. Se por um lado a população chocada e assustada busca resposta, por outro sobram críticas partindo de ambos os lados a forma como lidam com o problema.

Na página de uma rede social na internet do deputado Magno Bacelar (PV), do bloco governista, há uma postagem linkada em que um leitor de Chapadinha, Luís Carlos Jr., defende o governo e alfineta a oposição. "Três dos cinco últimos secretários de Administração Penitenciária do MA são de oposição aos Sarneys", aponta o leitor que continua: "Grupos de oposição a governadora Roseana Sarney (PMDB), ligados diretamente ao comunista Flávio Dino – que comanda e também



Em meio aos médicos, Wellington marcou presença, durante a transferência de Márcio



A oposição tem só saliva, mas não consegue ter um discurso concreto. Foram governo e não conseguiram dar saída a esse problema

Roberto Costa, comentando sobre a postura da oposição em meio a crise

participa da iniciativa, vêm diariamente se aproveitando da situação, de forma criminosa, para ganhar vantagem política, devido a proximidade da eleição ao governo estadual, em outubro próximo", critica.

Em defesa do grupo oposicionista, Simplício indaga: "ONU e OEA são membros da Oposição?". Em recente visita a Pedrinhas o vice-líder do governo e presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, Roberto Costa garantiu que o clima de tranquilidade foi restaurado e que a Oposição tem tentado apenas politizar o momento.

"A oposição tem só saliva, mas não consegue ter um discurso concreto. Foram governo e não conseguiram dar saída a esse problema", dispara Costa, que lista uma série de obras do governo na área: "mais de 900 vagas no sistema prisional, presídios novos e outras em obras. O governo cumpre sua responsabilidade", defende.

Para Simplício, "Costa tem que respeitar a oposição", que tem tentado buscar medidas de proteção à sociedade, mesmo que de forma individual em suas ações. Por sua vez, para Simplício as ações do governo federal não passam de uma tentativa de salvar a ima-

gem da governadora Roseana Sarney, o seu governo e não o povo.

Mas, para Costa, que diz não acreditar no perigo de uma intervenção federal, o governo federal entende que tem parcela de responsabilidade com o ocorrido e, por isso, tem estado mais presente no estado. "Se tiver no Maranhão, vai ter que ter em todos os estados da federação. O Maranhão tem cumprido tudo que ficou acordado e tem controle total da situação", finaliza.

Oportunismo

O professor, empresário e pretendo candidato ao cargo de deputado estadual pelo PPS, Wellington do Curso, disse a **O Imparcial** que pensou um pouco antes de agir, mas que depois não teve dúvidas e correu o risco. Através de um sobrinho de uma das vítimas que sofreu com queimaduras em grande parte do corpo após um atentado num ônibus na capital, o professor não só mobilizou os alunos de seu curso para ajuda financeira e de mantimentos, como acompanhou de perto a transferência de Márcio para outro estado. "Nesses momentos não é só o apoio financeiro ou a transferência oferecida pelo estado, mas elas precisam de atenção e carinho. Tenho estado próximo", conta.

Questionado se essa proximidade não poderia caracterizar um senso de oportunismo, Wellington respondeu: "Tem determinadas ações que você vislumbra o oportunismo, visualiza principalmente o político-partidário. Mas no momento de necessidade tem pessoas que são omissas e outras que contribuem", filosofa.

MA devolveu quase metade dos recursos para construir prisões

Apesar de enfrentar, há anos, o problema da falta de vagas em suas prisões, o governo do Maranhão devolveu quase R\$ 24 milhões à União por não ter conseguido executar, em tempo hábil, os projetos de construção de um presídio e de duas cadeias públicas. Juntas, as cadeias de Pinheiro e de Santa Inês e o Presídio Regional de Pinheiro acrescentariam 681 vagas ao sistema carcerário maranhense. **PÁGINA 7 (CI)**

Maranhão devolveu quase metade dos recursos recebidos para construir prisões

DA AGÊNCIA BRASIL

Apesar de enfrentar, há anos, o problema da falta de vagas em suas prisões, o governo do Maranhão devolveu quase R\$ 24 milhões à União por não ter conseguido executar, em tempo hábil, os projetos de construção de um presídio e de duas cadeias públicas. Juntas, as cadeias de Pinheiro e de Santa Inês e o Presídio Regional de Pinheiro acrescentariam 681 vagas ao sistema carcerário maranhense.

De 1998 a 2012, o Depen (Departamento Penitenciário Nacional), do Ministério da Justiça, e o governo do estado assinaram nove convênios para construção de presídios, entre eles os três que tiveram os projetos cancelados. Juntos, os nove convênios totalizam R\$ 50.749.830,00. Subtraídos os R\$ 23.962.399,00 devolvidos ao Depen, o governo estadual aplicou pouco mais de R\$ 26 milhões dos recursos federais recebidos por meio de contratos assinados nos últimos 15 anos – alguns deles ainda estão em vigor e há obras em andamento.

Existem ainda contratos que beneficiam o sistema carcerário maranhense, com o aparelhamento de unidades prisionais, realização de mutirões de execução penal e instalação de centrais de acompanhamento de penas alternativas.

Os contratos não cancelados destinam recursos para as seguintes obras: construção das penitenciárias de João Lisboa (R\$ 1 milhão, em 1998) e de São Luís (R\$ 2,061 milhões, em 2000); do Presídio Regional de Pedreiras (R\$ 1,581 milhão, entre 2001 e 2002). Em 2007, foram assinados os contratos para a construção da Penitenciária de Imperatriz (R\$ 6,508 milhões), da Penitenciária Feminina de Pedrinhas, em São



PREÇOS em cadeia superlotada do Maranhão

Luís (R\$ 9,446 milhões), e para ampliação do Presídio de São Luís (R\$ 5,641 milhões).

De acordo com dados do Tribunal de Justiça do Maranhão, o Estado fechou o ano passado com 2.562 vagas a menos que o número de detentos. Em 19 de dezembro de 2012, a população carcerária maranhense chegava a 5.466 pessoas. Desse total, 1.555 cumpriam pena em delegacias. Segundo o juiz da Vara de Execuções Penais Fernando Mendonça, indicado para assumir a coordenação do Grupo de Monitoramento Carcerário do tribunal, há mais de 12 mil mandados de prisão à espera de cumprimento no estado.

Em nota, o governo maranhense informou ter devolvido os R\$ 17 milhões necessários à construção da Cadeia Pública de Santa Inês e os R\$ 5,314 milhões destinados à construção da Cadeia Pública de Pinheiro, porque, até março do ano passado, o Depen ainda não tinha definido a maneira como o Executivo estadual poderia usar os mais de R\$ 22 milhões. Segundo o governo maranhense, o impasse surgiu enquanto se discutia se as duas unidades deveriam ser construídas pelo método convencional ou em módulos. Os dois convênios assinados com o Depen tinham caráter emergencial.

Em abril, a Sejap (Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária) apresentou ao Depen um novo projeto de cons-

trução modular das unidades. Pendências técnicas e burocráticas impediram a aprovação das propostas, retardando o início das obras. No fim de junho, venceu o prazo legal para que os recursos empenhados até 31 de dezembro de 2011, e ainda não gastos, fossem aplicados.

“Ou seja, não foi uma devolução, mas sim um cancelamento”, diz o governo estadual na nota, assegurando ter projetos para construção de mais nove presídios, como a Penitenciária de Imperatriz, obra para a qual foi assinado um convênio de R\$ 6,5 milhões, ainda em 2007, e que, de acordo com o governo estadual, já está com 80% da obra concluída.

“Os convênios para Pinheiro e Santa Inês foram atingidos por uma lei geral que desconsiderou a excepcionalidade dos casos e uma longa sequência de impedimentos que inviabilizaram o prosseguimento do projeto”. Procurado para comentar o cancelamento do contrato de construção do Presídio de Pinheiro, o governo maranhense ainda não se manifestou.

Segundo o Ministério da Justiça, o dinheiro repassado ao governo maranhense desde 1998 permitiu que a Sejap criasse 2.285 vagas prisionais. Os recursos empenhados a partir de 2011 são provenientes do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. Em 2013, no entanto, o governo estadual e o Depen não assinaram novos contratos ou convênios.

Nonato Reis

Jornalista e escreve para o Jornal Pequeno aos domingos



Pedrinhas, uma questão de todos

Fosse o Maranhão um estado solidário, do ponto de vista institucional, e não perdurasse em seu tecido político uma espécie de maniqueísmo, que classifica contrários e aliados como integrantes do bem ou do mal, conforme a opinião que expressam, é razoável supor que estivéssemos em um outro patamar em matéria de justiça social, desenvolvimento humano, qualidade de vida. Desconfio que essa crise aguda de Pedrinhas nem tivesse acontecido ou, na hipótese afirmativa, que fosse tratada com a seriedade que ela exige.

Em outros lugares a política de grupo, tal como aqui, também domina a cena, mas há uma compreensão diferente das responsabilidades dos agentes políticos no enfrentamento dos problemas. Nos momentos de abalo institucional, adversários esquecem suas divergências e unem esforços em prol do bem comum. Aqui, quando a coisa estremece, cada um tenta salvar a própria pele, transferindo responsabilidades ou maquiando fatos. Falta um espírito de cooperação que deve prevalecer entre aqueles que exercem função pública.

No caso específico de Pedrinhas, era o momento de pensar maior e unir forças para enfrentar aquele cenário de conflagração. Porém, quando o pavio da crise explodiu, cada um buscou primeiro a sua trincheira. Cabia ao Executivo assumir o comando da situação, mobilizar as instituições. Quem apareceu dando entrevistas foram os dirigentes da Segurança, mas falaram tanta bobagem, que em vez de jogar água na fervura botaram mais lenha na

fogueira.

No lugar de prestar os devidos esclarecimentos, Aloísio Mendes e Sebastião Uchoa tangenciaram o X da questão, e pior: responsabilizaram o Judiciário pela crise, alegando a grande quantidade de presos provisórios, o que acarretaria o excesso de lotação em Pedrinhas, e o velho clichê de que "a polícia prende e a Justiça solta", o que é uma contradição, já que se reclama do excesso de prisões e ao mesmo tempo do volume de alvarás de soltura expedidos.

A governadora Roseana Sarney, num pronunciamento tardio e sem a objetividade esperada, limitou-se a dizer o óbvio: que está revoltada com a situação e que não fugirá de suas responsabilidades. Ora, revoltado há de estar até o mais displicente cidadão com tamanha crueldade. Dizer que se manterá no comando é "chover no molhado". Ela é a chefe do Executivo, tem que estar à frente das operações, coisa que não ficou clara, ao se fechar em silêncio.

De concreto, Roseana informou que a polícia identificou e prendeu os cabeças da operação macabra que resultou no incêndio de ônibus e na queima de seres humanos vivos. Mas, usando palavras cuidadosas, alfinetou o Judiciário, ao afirmar que dele espera "uma resposta". Traduzindo, quis dizer que a Justiça é devedora da situação atual.

A nota de Roseana e as declarações de seus subordinados provocaram a imediata reação do Tribunal de Justiça. Em nota, a presidente Cleonice Silva Freire disse que a superlotação

de Pedrinhas é produto da falta de vagas no sistema carcerário. Ampliar a oferta de vagas implica investimento na construção de novos presídios, que está afeto ao Poder Executivo. Em outras palavras, Cleonice eximiu o Judiciário e responsabilizou o Executivo. Quer dizer, em vez de propor união, o governo incitou a diáspora.

A Associação dos Magistrados do Maranhão foi quem deu o melhor exemplo de como enfrentar a crise do sistema carcerário maranhense. Naturalmente, como entidade representativa dos juízes defendeu a classe, mas fez um diagnóstico do problema e indicou caminhos para debelar a crise. Para a AMMA um dos maiores problemas do sistema prisional é a falta de vaga. O sistema conta hoje cerca de 5.400 presos, dos quais perto de 2.000 aboletados em Pedrinhas. Outros tantos recolhidos em delegacias do interior. A destruição da Cadet, ocorrida na última rebelião, teria entornado ainda mais o caldo. O déficit estaria ao redor de 2.000 vagas.

Citando o CNJ a AMMA lembra que o Maranhão tem a menor taxa de encarceramento do país, índice que é calculado tomando-se o número de presos por cada agrupamento de 100 mil habitantes. Aqui ela é de 82; no Piauí 93; na Paraíba 231; no Espírito Santo 421; São Paulo, 413.

Ouro dado importante para compreender a inépcia do sistema é a quantidade de mandados de prisão expedidos sem cumprimento. São 5.539 ordens de prisão em aberto expedidas pela Justiça maranhense, o que joga

por terra o mito de que a polícia prende e a Justiça solta. Fossem cumpridos todos esses mandados, o déficit saltaria para quase 8.000 vagas, o que seria o estouro total da boiada.

A AMMA indica uma série de medidas, com vistas a desatar o nó do sistema carcerário, dentre elas a construção de novas unidades penitenciárias no interior do estado, para que presos sejam mantidos no seu próprio ambiente, evitando contatos com as facções criminosas, e a construção de presídios de segurança máxima onde possam ser mantidos os presos de alta periculosidade.

Algumas providências são classificadas como inadiáveis. É o caso da transferência dos líderes das facções criminosas para presídios federais e o reforço do policiamento urbano para aplacar a ira dos criminosos que estão soltos e seguem as ordens dos líderes presos. Porém, o item mais importante da nota dos magistrados, e que dá suporte a este artigo, é a exortação ao coletivo.

A AMMA reconhece que, diferentemente de apontar o dedo para esta ou aquela instituição, o momento é de um esforço concentrado, reunindo Executivo, Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público e entidades da sociedade civil que tratam da questão carcerária. "É hora de sentar e unir forças". Nos tempos duros do regime militar, a sociedade compreendeu que a força é produto do somatório e que "o povo unido jamais será vencido". Por que não resgatar essa sabedoria histórica? O Maranhão precisa de paz, que implica, em primeiro lugar, desarmar os espíritos.

Crianças querem ser crianças – mas têm oportunidades para isso?

JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
(ZEOLIVEIRA43RAMOS@GMAIL.COM)

Perdeu! Perdeu! Perdeu!

É isso que você e tantos outros têm escutado, quase diariamente. A voz não é do seu filho, mas poderia ser. Por que, antes de cobrar exclusividade do gestor público numa solução para o crescente e asfixiante problema da segurança, você não começa fazendo a sua parte, em casa? Sim, em casa. Na sua casa. É ali que muita coisa tem começado a acontecer.

E o que está acontecendo – não se iluda!!! – não é somente algo que esteja sendo politizado indevidamente. É um problema que tem 90% de “deseducação”. Deseducação doméstica. Falta de limites que acaba por fortalecer as leis idiotas prenhes por outros tantos idiotas que tiraram de você o “direito” de praticar educação doméstica, impondo limites, castigando quando necessário os seus filhos – e estabeleceram para você a obrigatoriedade de “banciar” a educação e até, em algumas situações, pagar pensão alimentícia.

Não você não pode castigar ou impor limites para seus filhos. Só quem pode fazer isso é a polícia – que acaba levando o teu filho para a delinquência. Mas isso fica para outra oportunidade.

O que se vê é que Estado e Município não têm projetos para combater a violência. Nunca tiveram, para sermos mais precisos. O Estado acha que inventou a roda quando instalou em dois ou três bairros da periferia algo que está sendo chamado de USC – Unidade de Segurança Comunitária, na realidade uma adaptação do projeto iniciado pela então secretária Eurídice Vidigal nos dois anos da gestão Jackson Lago e uma cópia malfeita da UPP – Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro. Fica de pronto demonstrado que não é um “projeto de Estado”, mas algo que muda a cada governo ou a cada troca de Secretário de Segurança. Cada um quer “descobrir a pólvora”, quando deveria era corrigir falhas e aproveitar o projeto que encontrar.

No Maranhão, especificamente, percebe-se o desinteresse (ou seria incompetência?) na procura, desenvolvimento e implantação de projetos sociais que, a médio e longo prazos minimizem esse caos que se instalou de ponta a ponta no Estado.

As secretarias de Esporte e da Juventude (do Estado e dos Municípios), assistem tudo inertes, como se nada lhes dissesse respeito. Como se não passasse por elas parte da solução para o angustiante problema que, ao contrário da bobagem atribuída ao Senhor Senador José Sarney, saiu do âmbito interno dos presídios para invadir as residências dos cidadãos maranhenses.

Todos brasileiros sabem que a prática do esporte, no seu extenso leque de modalidades, é o mais eficaz antídoto contra o ócio, a droga e a criminalidade. Mas, no Maranhão, a aceitação disso e a busca pela prática são coisas distantes, aparentemente inalcançáveis.

Em que lugar deste Maranhão já foi construída uma Praça da Juventude, programa federal que existe há pelo menos dez anos?

Pois, quem viaja de férias por esse Brasil por via terrestre, o que mais vê em Tocantins, Goiás, Ceará,

Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia são essas Praças da Juventude com ginásios e quadras poliesportivas. Tudo projeto do governo federal.

Como se isso não fosse suficiente, existem ainda projetos federais para construção de Centro de Iniciação ao Esporte, Praça da Juventude e os projetos específicos do Segundo Tempo, Segundo Tempo na Escola, Recreio nas Férias, Esporte e Lazer na Cidade, Pintando a Liberdade, Pintando a Cidadania, Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e os tradicionais Jogos Escolares, todos válidos como alternativas para bloquear a ida de crianças e adolescentes para a criminalidade.

Existe algum projeto desses em andamento ou sendo executado no Maranhão? E o que é mesmo que faz a bancada federal do Maranhão em Brasília? O que é que fazem em Brasília pelo Maranhão – ou especificamente pelo jovem e pelo esporte maranhense, que, no somatório serviria de atenuante para a marginalidade – os senhores senadores Epitácio Cafeteira e Edinho Lobão?

Não faz muito tempo, um dos componentes da bancada maranhense, tentando fazer o povo de idiota e principalmente demonstrando que de esporte não entende nada, soltou para um microfone aliado a seguinte pérola: “... agora estamos trabalhando para recuperar o nosso Complexo Esportivo, porque queremos ver jovens maranhenses nos Jogos Olímpicos de 2016.”

Deveria ter ficado calado. Não sabe quantos anos precisa treinar um atleta da Natação para baixa dois ou três segundos no seu tempo de competição. Não sabe quanto tempo precisa treinar um atleta de Atletismo para se qualificar nas suas provas. Precisava conhecer o estado da estrutura física da piscina olímpica, da caixa de saltos e aquecimento do Parque Aquático do Outeiro da Cruz; precisa conhecer a atual situação das instalações sanitárias do Castelinho, da pista de Atletismo e precisa, principalmente, saber porque o jovem maranhense que pretende um dia disputar os Jogos Olímpicos tem que sair do seu estado de origem a procura de centros melhor estruturados. Devia ter ficado calado. Perdeu tempo e jogou conversa fora.

Quem tiver a preocupação cidadã de listar os nomes, a procedência e principalmente a faixa etária de pelo menos 90% dos marginais de alta periculosidade que estão atuando em São Luís e outros municípios maranhenses superlotando os presídios, causando inúmeros problemas sociais, traficando e usando drogas, escancarando as vísceras da incompetência do aparelho de Segurança, vai compreender que todos formam um extenso contingente de desassistidos e impedidos da prática do esporte.

Impor limites para o seu filho (além de dar condições de alimentação, escola e sociabilização), é uma tarefa exclusivamente sua. De você, pai. Mas, dar condições físicas e materiais para acabar com o ócio e oportunizar para a cidadania, é papel específico do Estado e do Município.

Leia a matéria seguinte, divulgada por alguns veículos locais e repicada nas redes sociais:

“A governadora Roseana Sarney reuniu-se com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, nesta quinta-feira (9), no Palácio dos Leões (Centro). No encontro, os dois trataram sobre ações para o reaparelhamento do sistema prisional maranhense.

"O ministro José Eduardo Cardozo veio firmar, por meio do governo federal, uma parceria para que as ações do reaparelhamento do sistema penitenciário do Maranhão sejam mais rapidamente estabelecidas. Desde o início do governo, determinei este reaparelhamento, principalmente com a construção das novas unidades prisionais. Mas, infelizmente, estourou esta crise, a partir da disputa pelo tráfico de drogas, que hoje é um problema em todo o Brasil. E aqui no Maranhão temos duas facções que estão dentro da Penitenciária de Pedrinhas e disputam poder", disse a governadora Roseana.

Durante a reunião, foram apresentados os detalhes das ações realizadas até o momento e algumas das medidas a serem tomadas em parceria com o Ministério da Justiça, para a resolução dos problemas no setor carcerário do estado. "Nesta reunião estamos definindo as diretrizes de um plano de emergência, que inclusive já foi implantado em outros estados que passaram por problema semelhante, e nele teremos medidas para enfrentar esta situação", comentou Roseana.

De acordo com o ministro José Eduardo Cardozo, a crise no sistema penitenciário não é exclusiva do Maranhão, já tendo acontecido em outros estados; para reverter a situação, o Ministério da Justiça trabalha em conjunto com o governo do Maranhão na elaboração do Plano de Emergência, que será posto em prática por meio de um Comitê Gestor Integrado.

"Já fizemos isso em outros estados da federação como São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para o Maranhão temos trabalhado na verificação das situações e, por isso, trazendo aspectos inovadores. O que temos neste plano são 11 medidas concretas, que determinam como deve ser enfrentado o problema na segurança pública do estado. Dentre essas medidas, temos fixação de datas, nomes e outras informações confidenciais que fazem parte de estratégias de ações de segurança que serão implementadas no sistema penitenciário do estado", explicou o Ministro.

Para ele, um dos pontos de diálogo do plano é a possibilidade de remoção dos presos para presídios federais. "Temos conversado sobre o assunto e em outros estados a remoção dos presos teve resultados positivos, especialmente nos casos de situação de crise aguda. Este é um dos pontos que está no nosso plano de ação e temos dialogado sobre como será feito", afirmou Cardozo.

Plano de Emergência

Durante toda a tarde da quinta-feira (9), o ministro José Eduardo Cardozo, a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Miki, o diretor de Políticas Penitenciárias, Fabrício Neto, a governadora Roseana e seu secretariado, além de representantes do Tribunal de Justiça (TJ-MA), Ministério Público (MPMA), Defensoria Pública Estadual (DPE), do Legislativo, do sistema de Segurança Pública, estiveram reunidos elaborando o Plano de Emergência de Ações, que apresenta soluções para o enfrentamento a violência nos presídios maranhenses. Conheça as 11 medidas:

- Criação do Comitê Gestor Integrado, formado pelos três poderes do Estado – Legislativo, Judiciário e Executivo – a secretária nacional de Segurança Pública, o Ministério Público, as polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, Defensoria Pública da União e os órgãos de Justiça, e terá como objetivo compartilhar e integrar ações de segurança;
- Remoção de presos para presídios federais;
- Mutirão das Defensorias, em que serão reunidos

defensores estaduais, federais – podendo, inclusive ser chamados defensores de outros estados – para, com celeridade, identificar as perspectivas das penas de cada detento do sistema prisional maranhense, com o intuito de respeitar os direitos de cada um;

- Reforço da Força Nacional no estado;
- Integração com a Justiça, em que, após criado o Mutirão das Defensorias, serão realizadas reuniões com juízes e promotores para que o trabalho do mutirão tenha mais eficiência e celeridade;

- Plano de Ação Integrada de Inteligência e Segurança Prisional, que estabelecerá procedimentos internos nos presídios para detectar infrações e implantar ações de combate a estas.

- Plano de Realocação Prisional, a ser executado em consonância com o plano de inteligência e integrar às novas unidades prisionais;

- Plano Conjunto de Assistência ao Preso, que tem por objetivo garantir direitos e assistência ao preso e seus familiares;

- Saúde Prisional;

- Plano de Atendimento e Capacitações aos Policiais, que visa dar assistência ao corpo de profissionais que atuam nos presídios;

- Plano de Alternativas Penais e Monitoramento de Presos, que avaliará opções de penas aos presos, baseados no monitoramento eletrônico e penas alternativas.

Investimentos

O governo do Maranhão está realizando investimentos da ordem de R\$ 131 milhões para o reaparelhamento do sistema penitenciário do estado, contemplando a construção de novas unidades prisionais, medida que elevará o número de vagas.

Já está em construção um presídio de segurança máxima em São Luís (com 150 vagas). Estão em obras de reforma e ampliação as unidades de Coroatá (com 150 vagas), de Codó e Balsas (cada uma com 200 vagas) e sendo concluída a construção do Presídio de Imperatriz (250 vagas).

Outras medidas estão sendo tomadas pelo governo do Estado para o reaparelhamento do sistema prisional, o que possibilitará, até dezembro de 2014, o Maranhão ter reforço de 2.800 novas vagas, eliminando o déficit carcerário no estado.

Todo esse esforço do governo visa devolver a normalidade ao sistema prisional do estado e assegurar os direitos e a integridade de seus usuários. No caso do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, uma Comissão de Investigação, criada logo após as denúncias feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está acompanhando os trabalhos nos presídios.

Além disso, por determinação da governadora Roseana Sarney, foi criada a Diretoria de Segurança dos Presídios do Maranhão, que está atuando desde o dia 27 de dezembro de 2013, reforçando a segurança interna nas unidades prisionais da Região Metropolitana de São Luís.

Essa ação está sendo realizada em parceria pela Polícia Militar, Força Nacional de Segurança e Agentes Penitenciários.

Operações

Ainda como medida para garantir tranquilidade à população de São Luís, policiais militares, civis e do corpo de bombeiros estão distribuídos em todas as regiões da cidade, realizando operações em pontos estratégicos.

O Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, com apoio de homens do Batalhão de Choque, de todas as unidades e aeronaves do Gru-

po Tático Aéreo (GTA) também integram essa força-tarefa."

Nascedouro – Como pode ser observado, nenhum objetivo do "plano" para combater a insegurança e o caos instalados no Maranhão e principalmente na capital, São Luís, foca o nascedouro dos problemas. São todas medidas paliativas que propõem servir de cortina de fumaça. Não para resolver em definitivo o problema.

Sim, essas medidas são postas em prática contra os marginais que estão aí agindo livremente. E, pa-

ra cortar o mal pela raiz, vai ser feito o que? Nada, certamente.

Sem atitude socioeducativa (práticas esportivas) voltada para as crianças e adolescentes, desaparecem - de uma forma ou de outra - 100 marginais e ressurgem 300, 500, 800 ou mais.

Sabemos. Crianças e adolescentes não votam. Mas o que está aí, com certeza, vai tirar muitos votos de quem deveria agir, mas prefere outras preocupações.



CRIANÇA QUER apenas "ser criança"



O POLICIAL OBSERVA os "detidos". Todos crianças



CRIANÇA ACEITA tudo. Veja os "traves" do jogo e a bola



PRESIDENTE DO TJ-MA GARANTE:

“No Maranhão, sem nenhuma dúvida, o Poder Judiciário cumpre seu papel”

Em entrevista exclusiva ao **Jornal Pequeno**, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Cleonice Silva Freire, fez uma análise dos últimos acontecimentos registrados no sistema penitenciário do Maranhão, que ensejaram momentos de crise na segurança pública, com episódios que obtiveram repercussão em toda a imprensa do país. **PÁGINA 3 [C1]**

PRESIDENTE DO TJ-MA GARANTE:

"No Maranhão, sem nenhuma dúvida, o Poder Judiciário cumpre seu papel"

MANOEL SANTOS NETO

Em entrevista exclusiva ao **Jornal Pequeno**, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Cleonice Silva Freire, fez uma análise dos últimos acontecimentos registrados no sistema penitenciário do Maranhão, que ensejaram momentos de crise na segurança pública, com episódios que obtiveram repercussão em toda a imprensa do País.

Para a presidente do TJ-MA, as causas mais determinantes para o agravamento da questão carcerária no Maranhão decorrem de fatos independentes do Poder Judiciário: "Tenho plena certeza de que o Judiciário está cumprindo o seu papel em nosso Estado", garante a desembargadora, frisando que a ação do TJ-MA está expressa na redução do número de presos provisórios, desta forma garantindo os direitos dos condenados e egressos. Eis a entrevista concedida ao **JP** pela desembargadora Cleonice Freire:

Jornal Pequeno – Que contribuição o Judiciário pode dar para o enfrentamento da crise no sistema prisional do Estado?

Cleonice Freire – O Poder Judiciário vem cumprindo o seu papel, no limite de sua competência. Só para se ter uma ideia, fizemos quatro mutirões carcerários nestes últimos três anos e, com eles, tivemos um rendimento muito bom para acelerar o andamento de inúmeros processos criminais. Reconheço que temos ainda processos com atraso em seu andamento, mas isto por problemas oriundos de práticas que independem do Poder Judiciário.

JP – Que problemas são esses?

CF – Por exemplo: um determinado juiz marca uma audiência para instruir o julgamento e o preso não é conduzido ao Fórum para que seja interrogado. Isto prejudica porque o preso retorna para o presídio ou, se já estiver no limite do prazo de sua prisão, ele terá de ser solto. Então, isto prejudica, de forma que são muitos os fatores que acarretam o problema da superlotação nas unidades prisionais. Além de o espaço físico ser exíguo, há este problema destes processos em que as audiências deixam de ser realizadas por falta de apresentação dos réus.

JP – O que pode ser feito para evitar este tipo de problema?

CF – Somente para corroborar com isto que estou falando, sobre os atrasos nas instruções processuais, com relação à falta de apresentação dos presos, no dia 6 agora do corrente mês, uma juíza fez um ofício ao desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão, informando que ela aguardou a presença de três réus para serem interrogados em uma audiência, no interior do estado. E os três presos não foram apresentados. A audiência teve que ser remarcada para o próximo dia 25 de fevereiro, porque os presos não foram apresentados. E em consequência disto, ela foi obrigada a dar liberdade para os presos. Isto comprova o retardamento processual por um fator alheio à vontade do Judiciário.

JP – A crise que está ocorrendo deve-se então, basicamente, à superlotação dos presídios?

CF – Nós temos dados que indicam que, na medida do papel que é cumprido pelo Poder Judiciário, no universo de uma população carcerária de 5.798 presos em

todo o estado, tomando o parâmetro de uma população carcerária de 100 mil habitantes, o índice do Maranhão no ano de 2010 era de 91,06. No ano de 2011, para uma população de 100 mil habitantes, este índice caiu para 86,65 presos. Em 2012, para cada 100 mil habitantes, este índice caiu para 82,45 presos e em 2013, para cada 100 mil habitantes, caiu para 80,84 presos.

JP – Então o número de presos, na verdade, vem sendo reduzido?

CF – Com estes números, demonstrados em estatísticas oficiais, vemos claramente que o Poder Judiciário está cumprindo com o seu papel. Progressivamente, ao longo dos últimos anos, vem diminuindo o índice de encarceramento em todo o estado, sobretudo em razão dos mutirões carcerários que a Justiça tem realizado.

JP – Mas há um grande déficit de vagas em todo o sistema prisional do Estado?

CF – Temos em mãos um relatório do Sistema de Inteligência e Informação de Segurança Penitenciária que nos diz que há um total de 2.904 vagas nas unidades prisionais do governo do Maranhão. E este mesmo relatório nos diz que há um total de 5.466 encarcerados em todo o sistema prisional de nosso estado, sendo 3.911 presos nas unidades prisionais da capital e 1.555 presos em delegacias do interior do estado. Portanto, há um déficit de 2.562 vagas em todo o nosso estado.

JP – Qual é de fato o déficit de defensores públicos no Maranhão?

CF – Quanto a estes dados sobre déficit de defensores, acredito que a própria Defensoria tem estes apontamentos, mas eu não sei informar com precisão. Agora, enfrentamos também esta dificuldade: além da falta de apresentação dos presos às audiências, é com relação à falta, em determinadas comarcas, do defensor público. Eu não sei se por déficit no número de defensores no Estado, ou por outro motivo. Não sei. O que eu sei é que os juízes enfrentam dificuldades em nomear defensor dativo. Porque na falta de um advogado, na falta de um defensor público, o juiz poderá nomear defensor dativo. Mas existe esta dificuldade, porque não tem advogados e outros, às vezes com agenda



PRESIDENTE DO TRIBUNAL de Justiça desembargadora Cleonice Freire

cheia, são impedidos de aceitar o encargo que o juiz lhe quer dar.

JP – Ainda há uma demanda grande de mandados de prisão por cumprir?

CF – A informação que nos foi passada é que temos mais de 5 mil mandados de prisão espalhados em todo o estado, para serem cumpridos. Trata-se de um número considerável e se estes mandados forem cumpridos, não temos onde colocar estes presos.

JP – A senhora acredita que o Comitê criado pelo governo vai de fato resolver o problema?

CF – Eu sempre penso que um trabalho feito em parceria, como esta ação integrada, como este Comitê que está sendo criado com a participação de todos os Poderes, eu sempre penso que é um meio de busca de soluções. Acho que se pode ter um bom resultado com esta ação integrada, desde que cada um cumpra o seu papel. Cada Poder cumpra seu papel; cada instituição cumpra seu papel. Se realmente houver este compromisso, haverá eficácia; vamos ter um bom resultado.

JP – E quanto à crítica de que a polícia prende, e a Justiça solta?

CF – A polícia prende, e a Jus-

tiça solta, dentro dos limites da lei. Aquilo que a lei determina, o juiz faz. Se a prisão é ilegal, é abusiva, o juiz solta. Se existe um prazo com excesso, e o réu está preso, o juiz pode soltar. Se for o contrário, e a pessoa precisar ser presa, o juiz prende, decreta prisão preventiva, e isto está comprovado com mais de 5 mil mandados de prisão espalhados em nosso estado. Quanto ao papel do Judiciário, eu não tenho nenhuma dúvida, temos feito tudo o que é possível. Nós temos juízes comprometidos com o seu trabalho, com a sua função, e exercem com seriedade a profissão. Eu tenho certeza de que o Judiciário está cumprindo o seu papel, sim.


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DA 7ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
Rua Professor Carlos Cunha, S/N – Calhau
CEP.: 65.020-440 São Luís – MA
98-3194 5489/983194 5488

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

NÚMERO DO PROCESSO: 39.116/2011
CLASSE: MONITÓRIA
REQUERENTE(S): BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
REQUERIDA(S): L J REGO SOUSA E OUTRO

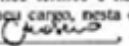
O DOUTOR HÉLIO DE ARAÚJO CARVALHO FILHO, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA SÉTIMA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ET COETERA...

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **L J REGO SOUSA**, que se encontra em lugar incerto e não sabido, **para que no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se sobre o despacho de fls. 23, de acordo com artigo 231 do CPC, tudo de acordo com o despacho de fls. 37. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente EDITAL, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho.**

OBSERVAÇÃO: prazo inicia-se após o TRANSCURSO DOS QUINZE DIAS FIXADOS A PARTIR DA 1ª PUBLICAÇÃO.

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte requerida, como verdadeiros os fatos articulados pela parte requerente, por força do art. 319 do CPC.

O que se **CUMPRÁ** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, no 16 de agosto de 2013. Eu, , Secretário (a) Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.


Dr. Hélio de Araújo Carvalho Filho
Juiz de Direito da 7ª Vara Cível.


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DA 7ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
□ Rua Professor Carlos Cunha, S/N – Calhau
CEP.: 65.020-440 São Luís – MA
58-3194 5489/983194 5488

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

NUMERO DO PROCESSO: 39.116/2011
CLASSE: MONITÓRIA
REQUERENTE(S): BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
REQUERIDA(S): LAURO JORGE REGO SOUSA E OUTRO

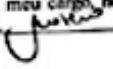
O DOUTOR HÉLIO DE ARAÚJO CARVALHO FILHO, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA SÉTIMA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ET COETERA...

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) **CITADO** a(s) parte(s) requerida(s), **LAURO JORGE REGO SOUSA**, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para que no prazo de quinze (15) dias, manifestar-se sobre o despacho de fls. 23, de acordo com artigo 231 do CPC, tudo de acordo com o despacho de fls. 37. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho.

OBSERVAÇÃO: prazo inicia-se após o **TRANSCURSO DOS QUINZE DIAS** FIXADOS A PARTIR DA 1ª PUBLICAÇÃO.

ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte requerida, como verdadeiros os fatos articulados pela parte requerente, por força do art. 319 do CPC.

O que se **CUMPR**A nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, ao 16 de agosto de 2013. Eu, , Secretário (a) Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.


Dr. Hélio de Araújo Carvalho Filho
Juiz de Direito da 7ª Vara Cível

- No Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, podem ser consultados Inventários, Testamentos, Ações de Liberdade e outros documentos judiciais históricos, datados de 1767 as 1975.
- *Trata-se da coleção “Pontos de História”, com quatro volumes – Guimarães, São Luís, Viana e Alcântara – e que cumpre mais uma etapa do Projeto Memória do TJ com 24 catálogos.*